

Editorial

A data-base 2011 e a universidade que defendemos

A data-base 2011 já está em curso. Maio é o mês em que docentes e servidores devem discutir suas reivindicações com o governo, no nosso caso representado pelos reitores das três universidades. Neste ano, certamente viveremos novos capítulos de um embate que há muito se desenrola na universidade.

De um lado, temos um modelo de educação superior pública que se fundamenta na precarização das condições de trabalho, por meio da terceirização e do incentivo ao crescente espaço ocupado pelas fundações “ditas” de apoio, da valorização do produtivismo, na implementação do ensino à distância na formação inicial, entre outros. O resultado mais danoso deste modelo é a naturalização das saídas individuais como mecanismo de satisfação das necessidades salariais, em oposição à ação coletiva e de luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho do conjunto da categoria.

É deste modelo perverso que derivam ações hostis à organização e à livre manifestação nas universidades. A demissão do sindicalista Claudionor Brandão, do Sindicato dos Trabalhadores da USP, é o mais dramático entre os exemplos, mas não o único. Muitos são os processos sindicantes e ações judiciais contra trabalhadores e estudantes na Unesp, na USP e na Unicamp. A intransigência dos reitores em negociar com o Fórum das Seis, cristalina em 2009 e 2010, também é parte da tentativa de fragilizar as organizações representativas de docentes, servidores e estudantes.

Mas, naturalmente, há um outro modelo. E é para fortalecê-lo que a Adunesp conchama os setores conscientes da categoria a se unificarem em torno da entidade. A luta por melhores salários e condições dignas de trabalho é parte da defesa de uma universidade crítica, pública, gratuita e referenciada nos interesses da maioria da população – e não somente sujeita aos ditames do mercado.

A história de luta da categoria docente na Unesp é rica. Organizados na Adunesp, os professores já protagonizaram movimentos importantes, que contribuíram para preservar direitos e minimizar a corrosão causada pelas perdas salariais, bem como defender a Universidade de iniciativas privatistas, como foi a expansão sem recursos da década passada.

Aos que já carregam em sua história pessoal a marca destas lutas coletivas, a Adunesp chama à retomada da organização. Aos que chegaram recentemente à Universidade, nossas boas-vindas e o convite à filiação sindical e à participação ativa na data-base 2011.

Enquanto isso... céu de brigadeiro no ICMS

Em 2010, os reitores lançaram mão da velha política de manipular os números para justificar o arrocho nos salários. Como mostra esta edição do *Adunesp Informa*, a arrecadação do ICMS foi R\$ 5,6 bilhões superior ao parâmetro usado pelo Cruesp para conceder o reajuste em maio passado.

A fórmula será a mesma em 2011? Bem... esta resposta tem relação direta com a nossa mobilização!

Começa a data-base 2011

De 14 a 23/3, participe da primeira rodada de assembleias para definir as nossas reivindicações

As subseções da Adunesp deverão realizar assembleias no período de 14 a 23/3. O mesmo será feito pelas entidades representativas da USP e da Unicamp, envolvendo funcionários e docentes, de acordo com os encaminhamentos aprovados pelo Fórum das Seis. Esta primeira rodada de assembleias tem o objetivo de discutir as reivindicações que apresentaremos aos reitores na data-base 2011. Em sua mais recente edição, o *Jornal do Fórum* divulgou uma pré-pauta indicativa (acesse em www.adunesp.org.br), que deve servir de subsídio para as discussões de funcionários, estudantes e docentes das três universidades.

Acompanhe o calendário:

- . **14 a 23 de março:** Primeira rodada de assembleias das entidades, para discussão da pré-pauta indicativa de data-base 2011.
- . **25 de março:** Reunião do Fórum das Seis, para avaliar os indicativos vindos das assembleias.
- . **28/3 a 6 de abril:** Segunda rodada de assembleias para construção da Pauta Unificada.
- . **8 de abril:** Nova reunião do Fórum das Seis (para fechar a Pauta Unificada 2011).
- . **Até 15 de abril:** Entrega da pauta ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

O Cruesp rebaixou a previsão de arrecadação do ICMS em

5,6 bilhões

no ano passado e concedeu um reajuste aquém do necessário para repor nossas perdas. Em 2011, com a inflação em alta, temos que mudar esse cenário!

Confira na página 2

**Hora de
rediscutir a
avaliação
docente**

Página 3

**O 30º
Congresso
do
Andes-SN**

Página 4

R\$ 5,6 bilhões

Este é o valor do excedente de arrecadação do ICMS em 2010 em relação ao anunciado pelo Cruesp para a definição do nosso reajuste. Números usados pelos reitores foram manipulados

Em 2010, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) praticamente não negociou com o Fórum das Seis, que agrupa as entidades sindicais e estudantis da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza. Nas poucas vezes em que o fez, lançou mão de uma velha manobra: usou previsões rebaixadas para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que serve de base para o repasse de recursos às universidades.

Logo no início do ano, a “previsão” do Cruesp era de que o ICMS ficaria em R\$ 59 bi em 2010. Em maio, reformulou este número, ampliando-o para R\$ 61,2 bi. E foi com esta “previsão” que concedeu um reajuste de 6,51% em maio, afirmando que este índice era o máximo possível diante daquele cenário. Pouco antes, em fevereiro, os reitores haviam dado

6% exclusivos aos docentes, a título de “reestruturação da carreira”, iniciativa condenada pela Adunesp e demais entidades do Fórum das Seis.

No final do ano, os números oficiais da economia paulista mostraram um quadro bem diferente. A arrecadação do ICMS fechou em R\$ 66,8 bi. Ou seja, nada menos do que R\$ 5,6 bi a mais do que a referência usada pelo Cruesp em maio/2010.

O quadro abaixo mostra que era perfeitamente possível aos reitores concederem a reivindicação apresentada pelo Fórum (16% de reajuste para todos), o que levaria a 82,58% o comprometimento médio das três universidades com folha de pagamento. Bem abaixo dos 85% que o próprio Cruesp aponta como comprometimento aceitável.

Com o que foi dado (6,57% para todos + 6% exclusivos aos docentes), esse comprometimento ficou em 80,5%, um dos menores dos últimos anos.

A sombra da inflação

Em janeiro/2011, o Índice do Custo de Vida (ICV/Dieese) subiu 1,28%.

Destaque para a educação (5,02%), transportes (3,09%) e alimentação (1,17%).

E os salários... como ficarão neste ano?

E agora?

Com o início da data-base 2011, é preciso que os reitores saibam que não aceitaremos mais manipulações. Como o índice concedido em maio/2010 (6,57%) tomou por base uma arrecadação do

ICMS de R\$ 61,2 bi, queremos que este valor seja usado para medir o crescimento do ICMS de 2011 em relação ao de 2010.

Não resta dúvida de que a situação econômico-financeira das universidades públicas paulistas é confortável, permitindo a ampliação dos recursos para a correção de perdas salariais, bem como aumentar significativamente os valores destinados à permanência estudantil (mais bolsas de estudo, construção e ampliação de restaurantes e moradias etc).

Criminalização dos movimentos e retrocesso político nas universidades

Nos últimos anos, as universidades estaduais paulistas vêm sendo palco de seguidas tentativas de criminalização dos movimentos sindical e estudantil. Os casos são muitos, o que demonstra a opção por uma política mais conservadora nestas instituições. A demissão de Claudionor Brandão, dirigente do Sintusp, no final de 2008, ao arripio das garantias sindicais conferidas pela lei, já havia acendido um sinal de alerta.

Na greve de 2009, a ocupação militar da USP, por solicitação da reitoria daquela universidade e com a anuência do governo do estado, trouxe à cena imagens parecidas com os tempos da ditadura militar: uso de bombas de gás, agressões a professores, funcionários e estudantes.

Em 2010, nas três universidades, em vários momentos, registrou-se novamente a presença policial. Em meio à greve dos servidores técnico-administrativos, o reitor João Grandino Rodas, da USP, determinou o corte do ponto de cerca de mil trabalhadores, iniciativa que seria seguida na Unicamp e utilizada como ameaça na Unesp. A medida foi considerada um ataque inaceitável ao direito de greve, consagrado na Constituição, e gerou indignação na comunidade.

No final de 2010, a reitoria da USP ordenou a abertura de processo administrativo disciplinar contra quatro estudantes. Eles são acusados de haver participado do “ato de invasão” da reitoria da USP em 2007 e de “assim concorrerem para os danos dela decorrentes”.

Na Unesp, há vários casos de perseguição a estudantes. Ao organizar o “1º Festival Interunesp Contra as Opressões”, no campus de Marília, no final de 2010, em resposta ao bizarro “rodeio das gordas”, o DCE Helenira Rezende sofreu pressões por parte da reitoria da Unesp. Em Presidente Prudente, a direção local está questionando os membros do Diretório Acadêmico 3 de Maio pela realização, no espaço do DA, do “Ato de integração e pelas manifestações plurais”, no dia 25/02/2011.

Para a Adunesp, o processo de recrudescimento da repressão dentro das universidades, por parte das reitorias e de diversas direções de unidades, exige respostas do movimento. É preciso que se diga, ainda, que a percepção de uma tendência mais conservadora em parcelas do segmento docente alimenta a liberdade de ação das reitorias. Sem a chama da nossa indignação, o espaço estará aberto ao retrocesso.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)

Praça da Sé, 108, 2º andar, SP. Fone (11) 3242-0125.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)

Os números finais de 2010

Índice de reposição salarial	Comprometimento com folha de pagamento			
	Unesp	Unicamp	USP	Total
6,57%* + 6% aos docentes	82,55%	82,00%	78,89%	80,50%
16%** + 6% aos docentes	86,99%	86,32%	83,13%	84,81%
16%***	84,54%	84,43%	80,87%	82,58%

* Reajuste concedido pelo Cruesp em maio/2010, com base numa arrecadação de R\$ 61,2 bil.

** Reajuste reivindicado pelo Fórum das Seis, em maio de 2010.

*** Como ficaria com o reajuste de 16% para todos em maio/2010, sem a “reestruturação” da carreira dos docentes em fevereiro 2010 (6%).

CEPE aprova realização de fórum para rediscutir a avaliação docente

Áreas do conhecimento devem debater os instrumentos de avaliação à luz dos objetivos institucionais

A aplicação de uma consulta pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), em 2009, a respeito da planilha de avaliação, trouxe à tona um emaranhado de problemas.

Frente a esse quadro, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) formou uma comissão (veja composição no box) com a finalidade de rever os critérios mínimos para o desempenho docente. Após analisar todas as manifestações encaminhadas pelos departamentos à CPA, a comissão classificou-as (dificuldades e sugestões) por áreas de conhecimento: Humanas, Biológicas e Exatas. “Esses documentos apontaram críticas, pontos

positivos, incongruências e até mesmo descarte da planilha. Assim, tornou-se evidente a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a avaliação do trabalho docente e seu papel na Universidade”, diz um trecho do documento produzido pela comissão e aprovado na reunião do CEPE em fevereiro/2011.

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, de Marília, ex-diretora da Adunesp e ex-conselheira do CEPE, faz parte da comissão. Ela classifica como “reparo de rota” o que está acontecendo agora. “Na realidade, aprovou-se o instrumento antes de definir os objetivos da avaliação”, diz.

“Independente do mérito do instrumento, ao qual tenho muitas críticas, é preciso ressaltar que houve um problema metodológico grave na construção da planilha. Antes de qualquer discussão, é necessário que as áreas do conhecimento façam o debate e se posicionem à luz do Plano de De-



envolvimento Institucional recentemente aprovado na Unesp”, pondera Sueli. “O instrumento deve existir em função do objetivo e não o contrário. Não se pode avaliar a atuação do docente de forma descolada das condições de trabalho, do projeto departamental, da unidade e da própria Universidade.”

Fórum de debates

A proposta elaborada pela comissão e já aprovada pelo CEPE prevê a realização do “I Fórum das Grandes Áreas do Conhecimento: Avaliação do trabalho docente na Unesp”, nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 2011.

Os critérios de participação projetam a presença de 5% dos docentes da Unesp, com um mínimo de dois representantes por unidade. Cada unidade terá autonomia para organizar o debate e indicar seus representantes para o Fórum, devendo apresentar à comissão uma síntese da discussão até 13/5. “Para dar os frutos desejados, o processo deve primar pela discussão nas bases”, enfatiza Sueli.

A partir da reunião do CEPE de março, serão divulgados mais detalhes do evento, que terá um site próprio.

Carreira Docente

Com a aprovação de uma resolução pelo Conselho Universitário (CO) no dia 24/2/2011, já está em vigor na Unesp o plano de carreira docente. A Universidade é a primeira entre as três estaduais paulistas a definir a progressão horizontal na carreira.

O processo de implantação da carreira docente teve início em 2008, quando o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) constituiu uma comissão para elaborar uma proposta. A comissão, composta com representantes do CEPE das diversas áreas do conhecimento, considerou um conjunto de atividades do docente da Unesp, baseadas no tripé ensino/pesquisa/extensão, em paralelo à gestão. “A preocupação foi contemplar e valorizar o conjunto do trabalho docente, sem entrar na ótica produtivista”, destaca Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, do campus de Marília, ex-diretora da Adunesp e membro da comissão. Ela ressalta que não é possível pensar carreira de forma isolada da avaliação institucional, ou seja, de qual projeto de universidade queremos.

Para Sueli, embora não seja ideal, a carreira aprovada representa um avanço, na medida em que considera o trabalho do docente em toda a sua abrangência e trajetória na Universidade, valorizando tempo de docência na Unesp e mérito acadêmico. “Conseguimos evitar que a proposta final se resumisse em números. O trabalho com ensino, pesquisa, extensão e gestão, no conjunto, é tão importante quanto a produção em cada uma dessas dimensões da vida acadêmica”, enfatiza.

O que foi aprovado

A carreira docente aprovada no CO cria os níveis I e II para a categoria de Professor Assistente Doutor, e os níveis I, II e III para a categoria de Professor Adjunto. Cada mudança de nível representa um aumento de salário

De acordo com a resolução, o pedido de mudança de nível deve ser feito no momento da entrega do relatório trienal à Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Porém, em 2011, isso poderá ser feito a qualquer momento.

Os membros da comissão

Área de Ciências Exatas

. Olga Maria M. de Faria Oliveira (IQAr) - Presidente
. Alcides Padilha (FEBa)

- Área de Ciências Humanas

. Andréa Aparecida Zacharias (CE-Ourinhos)
. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (FFCM)

- Área de Ciências Biológicas

. Andréia Affonso Barretto Montandon (FOAr)
. Carlos Alberto Anaruma (IBRC)

- Representante da Comissão Permanente de Avaliação

. Carlos Roberto Grandini (Presidente da CPA)

30º Congresso do Andes reafirma sindicato nacional como instrumento de luta

Financiamento, defesa dos direitos sociais e construção de frente de lutas foram temas centrais

A Adunesp participou do 30º Congresso do Andes-Sindicato Nacional com três delegados. Os professores Antônio Luís de Andrade (Tato), de Presidente Prudente (presidente da entidade), Maria Izaura Cação e Fábio Kazuo Ocada, ambos de Marília, estavam entre os cerca de 350 presentes, sendo 292 delegados e 41 observadores, representando 61 seções sindicais.

O Congresso foi realizado no período de 14 a 20 de fevereiro, na cidade mineira de

Uberlândia, e marcou o início das comemorações dos 30 anos do Andes. Guardando relação com a conjuntura internacional, causou forte impacto, na abertura, a apresentação do relato sobre as lutas pela liberdade, pela democracia e pelos direitos humanos universais dos povos árabes.

Ao final dos debates, foi estabelecido o eixo central da luta em 2011: Defesa do Andes-SN como instrumento dos docentes na construção da universidade

pública e das condições de trabalho, a partir da intensificação do trabalho de base na categoria, fortalecendo e ampliando a unidade com o movimento classista e autônomo.

Financiamento

No Plano de Lutas aprovado no 30º Congresso, um dos eixos de destaque é o financiamento da educação. A construção de uma estratégia de intervenção no processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), em articulação com entidades da educação, tendo como referência o PNE da Sociedade Brasileira, foi apontado como central.

A história do PNE da Sociedade Brasileira remete a 1998, quando as entidades representativas da educação e movimentos sociais elaboraram, após uma série de debates, um Plano Nacional de Educação, que abordava questões relativas à qualidade da educação, ao acesso em todos os seus níveis,

melhoria das condições de trabalho, entre outras. O PNE reivindicava que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro fossem reservados para o financiamento da educação até 2010. Na época, o então presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a proposta dos 10%, situação que se mantém até hoje.

A Carta de Uberlândia, que sintetiza os debates do 30º Congresso, informa que foi aprovada a organização, em articulação com os setores acadêmicos e sociais envolvidos, de amplo debate acerca dos critérios para aplicação das agências federais e estaduais de fomento no financiamento dos diversos tipos de bolsas, dos editais de projetos e na distribuição de seus recursos entre as diversas áreas do conhecimento.

Aposentados

O 30º Congresso enfatizou a luta permanente em defesa dos direitos dos aposentados, reafirmando sua posição pela aposentadoria integral e isonomia entre ativos e aposentados e contra a reforma da previdência, que retira direitos, “além de favorecer os fundos de pensão, corolário da reforma que só privilegia os grupos econômicos do capitalismo financeiro”.

Hospitais Universitários

O Andes-SN encabeça a luta contra a MP 520/2010, assinada pelo presidente Lula no último dia de seu mandato, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S/A (EBSERH).

Para o Andes-SN, a criação da EBSERH fere a autonomia das universidades federais ao entregar o atendimento à saúde à sanha de interesses econômicos, numa explícita privatização dos hospitais universitários. Embora voltada, inicialmente, aos HUs vinculados às universidades federais, não é difícil imaginar que o “modelo” logo contagiará instituições municipais e estaduais, como é o caso dos hospitais das universidades públicas paulistas.



Apoio às estaduais e municipais

O Plano de Lutas aprovado contempla as universidades federais, estaduais, municipais e particulares. O Andes-SN dará apoio às campanhas salariais desenvolvidas em cada estado ou município e às lutas pelo financiamento público, por concursos públicos, pelo regime de tempo integral/dedicação exclusiva e contra todas as formas de precarização do trabalho docente.

Frente de luta

O 30º Congresso referendou a participação do Andes-SN numa frente de luta que reúna todos os setores dos movimentos sindical e popular dispostos a organizar a resistência dos trabalhadores contra a cassação de direitos sociais, expressa nas diferentes reformas governamentais.

Nesse aspecto, o 30º Congresso deliberou pela filiação do Andes-SN à Central Sindical Popular-CSP/Conlutas, estabelecendo o prazo de um ano para proceder a um balanço criterioso do processo de reorganização em relação à Central, tendo por referência as resoluções do Sindicato Nacional como estratégia, natureza e unidade do campo combativo e classista.



Antônio Luís de Andrade (Tato) e Fábio Kazuo Ocada falam durante o 30º Congresso do Andes-SN